

## RESENHA

POPKEWITZ, Thomas S. Reforma educacional: uma política sociológica B poder e conhecimento em educação. Trad. Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997. 294 p.

Marília Gouvea de Miranda\*

Susie Amâncio Gonçalves de Roure\*\*

Thomas S. Popkewitz, professor e pesquisador do Departamento de Currículo e Ensino, da Universidade de Wisconsin B Madison, nos Estados Unidos da América, tem se dedicado à pesquisa das políticas e das tendências pedagógicas que caracterizam o processo de escolarização na atualidade, em especial em seu país. Entre outros artigos e livros publicados no Brasil, destaca-se seu estudo sobre a reforma educacional norte-americana, cujo objetivo é analisar como este processo, ao articular poder e conhecimento, constitui-se como um meio, por excelência, de regulação social.

Segundo o autor, o estudo da reforma requer uma melhor conceituação dos termos reforma e mudança, uma vez que o senso comum os tem associado, de forma reducionista, respectivamente à idéia de progresso ou de procedimentos administrativos. Na medida em que desenvolve sua análise, Popkewitz vai construindo, reposicionando e rearticulando estes dois conceitos. Suas questões são: AO que constitui a reforma? Quais são seus significados variáveis ao longo do tempo? Como são produzidos esses significados? @

Adverte, no entanto, que não se trata de identificar mecanismos globais de controle segundo ele, típicos da sociologia do conhecimento no início dos anos 70 B, mas de verificar como a reforma estabelece relações com os diversos níveis de relações sociais, compreendendo desde a organização das instituições até a autodisciplina e a articulação da percepção e da experiência que orienta a ação dos indivíduos. Prefere, assim, o conceito de regulação social ao de controle social para nomear os Aelementos ativos de poder presentes nas capacidades individuais socialmente produzidas e disciplinadas@, preocupando-se ainda com as formas específicas e regionais pelas quais o poder afeta, produz e limita as relações sociais. Nesse sentido, preocupa-se com as teorias do discurso, visando compreender as regras e padrões de textos como

prática social e, ainda, as condições históricas em que predominam um discurso determinado.

A maneira pela qual Popkewitz afirma e justifica seu objeto explicita suas grandes influências teóricas e metodológicas. Adotando uma perspectiva parcialmente próxima das práticas discursivas caracterizadas como pós-estruturalistas, Popkewitz orienta sua construção teórica no sentido de aglutinar as contribuições de Foucault, da escola histórica francesa dos *Annales*, de Bourdieu e de Habermas, alinhando-se em certos momentos às concepções de Apple e Rorty, dentre outros nomes de relevância no cenário da pesquisa social e educacional norte-americana.

Na introdução e no primeiro capítulo, Popkewitz analisa alguns dos princípios sociológicos e epistemológicos do estudo acerca da reforma educacional, evidenciando os conceitos básicos para a compreensão do processo pelo qual se articulam escola, conhecimento e poder no processo de modernização e mudança das instituições sociais. À escola são atribuídas as funções de inserção social do indivíduo, de transmissão de saberes e informações necessários ao desenvolvimento econômico do país, bem como de formação de hábitos e condutas individuais que garantam a estabilidade das relações em sociedade. As reformas, no contexto da escolarização, constituem-se, portanto, como um mecanismo de ajuste dos processos pedagógicos às demandas sociais, políticas e econômicas da sociedade em transformação.

Neste sentido, Popkewitz discute o conceito de ecologia da reforma. A palavra ecologia é usada para indicar os múltiplos fatores e práticas sociais ligados ao fenômeno da escolarização que, organizados regionalmente, constroem as noções de mundo, de trabalho, de progresso e de indivíduo. Interessa ao autor entender, através das relações de poder e das concepções acerca do conhecimento ligadas à escolarização, de que maneira determinados processos de organização formal das práticas sociais se estruturam como um discurso capaz de produzir não apenas uma ordem institucional, mas também capacidades e desejos individuais.

As relações entre poder e conhecimento passam a ser mediatizadas por uma crescente profissionalização e institucionalização do saber. O desenvolvimento das ciências voltadas para o problema do indivíduo, em especial a psicologia, e as expectativas de progresso centradas na escola trazem para o âmbito da educação e das reformas educacionais os instrumentos

conceituais e práticos necessários à formação, regulação e controle das relações em sociedade.

Segundo Popkewitz, as mudanças na esfera socioeconômica no decorrer dos séculos XIX e XX acabam fazendo da prática e da ciência pedagógicas, no que diz respeito à organização da escola e à formação de professores e, ainda, ao próprio desenvolvimento da ciência da educação, um meio de proporcionar um campo social no qual a formação e o governo do indivíduo tornam-se possibilidade e objetivo, o que determina substancialmente a consolidação do estado moderno.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento industrial e tecnológico aliado aos valores protestantes e burgueses imprime à reforma um caráter progressista em que a formação do indivíduo deve se dar no sentido de torná-lo independente, produtivo e autodisciplinado. A garantia de um “futuro perfeito” encontra-se calcada na tendência de burocratização das instituições e de profissionalização, como um meio de desenvolvimento competente e sistemático das relações sociais.

A idéia de melhoramento social é vista como um campo primordial da atuação das ciências humanas seculares. A autoridade de Deus, como reguladora da vida social, passa a ser substituída pela autoridade da ciência. Por decorrência, o conhecimento sistematizado como ciência ou profissão desloca para a escola todas as expectativas de redenção social, tanto no plano moral quanto no político-econômico.

Na medida em que percorre a história de constituição das escolas, das universidades e da ciência nos Estados Unidos, Popkewitz demonstra como a educação, básica e superior, se desenvolve atrelada aos interesses políticos e econômicos. Referindo-se à pesquisa educacional, lembra que essa vem sendo subsidiada pelo governo e por organizações filantrópicas ou empresariais, guiadas por suas próprias metas e ideologias. Desta forma, as práticas pedagógicas vão sendo orientadas pela formação profissional e pela pesquisa desenvolvida nas universidades, o que, segundo o autor, se dá através de uma complexa rede de acordos administrativos. Os padrões públicos para a prática escolar, legitimados pela ciência, terminam por consolidar um enfoque epistemológico e social de mudança, na mesma medida em que tornam possível o “controle instrumental” da produção nas escolas e nas universidades. Para Popkewitz, as ciências da educação definem a postura peda-

gógica e as políticas educativas em articulação com as demandas sociais, estabelecendo as estruturas de produção e sua regulação. Assim sendo, as reformas educacionais que ocorreram durante o século XIX e início do XX trazem as marcas de uma nova concepção de produção, de vida social e de aprendizagem, sendo definida a partir de organizações curriculares centradas na formação de habilidades intelectuais, técnicas e morais, voltadas para profissionalização e para o exercício da cidadania nos moldes da democracia liberal em expansão.

Através da discussão sobre a produção psicológica do período em questão, de Thorndike a Dewey, passando pela influência behaviorista na pedagogia, Popkewitz vai pontuando a relação entre os enfoques teóricos sobre sujeito, conhecimento e sociedade e a organização e institucionalização das relações sociais. Em seu ponto de vista, a psicologia educacional, que se desenvolve a partir de então, oferece as tecnologias de formação, manipulação e predição do self, tornando-se um discurso capaz de atribuir os problemas do governo do Estado ao indivíduo e de ocultar o dilema social da educação numa sociedade heterogênea e diferenciada. Ao analisar o impacto das ciências da educação sobre os conteúdos e currículos escolares, o autor ressalta a relação que essas mantêm com o processo de formação de professores. Além de estabelecer os critérios cognitivos e morais a serem trabalhados pelo professor, a aplicação de tais ciências à educação cria critérios para o ensino de qualidade e para sua profissionalização. O perfil do educador constitui-se pelo discurso da profissionalização e pela tendência à feminilização. Essas características relacionam-se à transferência gradual da formação da criança da família para a escola, o que faz da ação feminina na docência uma mediação entre as distintas organizações da família e da escola. À figura feminina no ensino, assim como na família, continua sendo dada a função de inserção social da criança, bem como de formação moral e disciplinar para o convívio em sociedade, crescendo-se o preparo técnico e intelectual. Observa, ainda, que o magistério se apresentava, nessa época, como uma possibilidade de atuação profissional “segura” e virtuosa para a mulher.

A partir do capítulo quinto até o final do livro, ao tratar das reformas educacionais norte-americanas das décadas de 1960 e 1980, o autor passa a discorrer sobre a epistemologia social que fundamenta as reformas contemporâneas, relacionadas às transformações

tecnológicas, políticas e econômicas que marcam o mundo, sobretudo, no período que se segue à Segunda Guerra Mundial. Tais reformas são marcadas por quatro aspectos principais: o aumento da profissionalização, a maior ênfase na ciência, a expansão econômica e a esperança espiritual.

As premissas salvacionistas estabelecidas para as primeiras reformas educacionais na sociedade moderna sinalizavam para um “melhoramento social” e um “futuro perfeito”, produtivo, justo e próspero, no qual a ciência e a educação se apresentavam como a garantia de progresso. Tais expectativas, não alcançadas a contento, continuam demarcando o tom da reforma em 1960, estreitando ainda mais o vínculo entre essas expectativas e a escola.

As mudanças nas bases econômicas fazem com que a reforma em curso se direcione para a busca das sensibilidades necessárias para a formação da mão-de-obra numa economia dependente de ciência e tecnologia, cada vez mais marcada pelo sentido pragmático e competitivo. Popkewitz critica, ainda, a promessa de um futuro feliz reafirmada pelo forte ativismo social deste período, que leva a escola a se deparar com novas demandas ligadas a seu papel na luta por superação das desigualdades sociais.

À educação, portanto, é dada a função de preparar uma força de trabalho atenta ao conhecimento científico, de rápido raciocínio, de caráter e moral equilibrados e proprietária de suas próprias capacidades, o que o autor denomina como desenvolvimento do individualismo possessivo, vinculado à concepção de conhecimento como construção pessoal, decorrente da interação entre as capacidades inatas do indivíduo e a socialização.

Tais características implicam uma postura pedagógica que permita o desenvolvimento espontâneo e natural do aluno, respeitando seu próprio ritmo e suas diferenças individuais. As práticas pedagógicas passam a se orientar pelo desenvolvimento de habilidades cognitivas e pessoais individualizadas. É possível perceber a forte influência dos pressupostos escolanovistas nos enfoques pedagógicos desta época, posteriormente respaldados pela teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. Na avaliação do autor, o construtivismo representa a possibilidade teórico- metodológica de uma pedagogia voltada para o individualismo possessivo, que, legitimado pela influência da psicologia na educação, acaba contribuindo para a constituição de novas noções de conhecimento, autonomia, disciplina e poder, que compõem o discurso das reformas da década de

1960.

A nova perspectiva de escolarização, traçada pela reforma de 1980, apresenta uma relação muito próxima dos parâmetros da reforma anterior. Popkewitz afirma que, de certa forma, as propostas contemporâneas ampliam e estendem o individualismo possessivo e a crença no futuro perfeito, ainda que as condições históricas específicas da atualidade devam também ser consideradas.

Popkewitz considera que a percepção da escola como instituição redentora se explica, de uma certa forma, pelo caráter protestante vinculado à escolarização. Segundo ele, os valores espirituais e morais cultivados pelas diretrizes educativas têm colaborado para a manutenção da autoconfiança da nação americana, que se identifica como a nação eleita, o povo escolhido por Deus, e, portanto, a mais próxima de suas dádivas e bênçãos, entre as quais se incluem, preferencialmente, as materiais.

O futuro da nação americana requer um processo educativo cada vez mais competente, centrado no segmento social mais próximo da formação bem-sucedida e perfeita: a infância. As crianças tornam-se a chave para o progresso social. A supremacia americana diante da competitividade mundial requer da educação voltada para a criança um comprometimento cada vez maior com a qualidade, com a eficiência, com a padronização e com o controle dos métodos pedagógicos.

Deve-se ressaltar que os objetivos educacionais se mobilizam no sentido da preponderância do mercado como delimitador das relações sociais. Aliada à concepção de estado mínimo, a ênfase nas demandas de ampliação e globalização do mercado tem representado a necessidade do estabelecimento de padrões individuais de regulamentação social, em que o sujeito auto-referido torna-se cada vez mais disciplinado, motivado, competitivo e eficiente. A crença geral no mercado, como elemento de equilíbrio e eficiência social, acaba sendo assimilada pela própria educação, tornando-a palco de uma crescente vinculação com a racionalidade instrumental.

Para Popkewitz, o discurso pedagógico atual subverte a relação entre meios e fins da educação, o que faz com que as estratégias educacionais para a eficiência e qualidade da aprendizagem tornem-se os objetivos finais das implementações da reforma. As atividades como as tarefas escolares, a motivação e o aprendizado tornam-se um fim em si mesmos, fazendo com que conceitos caros ao pro-

cesso de construção de conhecimento, como flexibilidade e descentralização do processo educativo, autonomia, pensamento crítico e consciência social, sejam revertidos à ótica quantitativa dos padrões de desempenho escolar e de profissionalização.

Esse instigante estudo sobre a reforma educacional americana, a despeito de suas particularidades, revela uma certa similaridade com a reforma da educação em curso em outros países, inclusive no Brasil, em especial no que se refere ao tom retórico da reforma como busca necessária de qualidade e profissionalização da educação e nas bases teóricas e epistemológicas que subsidiam as concepções de mudança nos novos enfoques pedagógicos, sobretudo naquelas de orientação psicológico-cognitivistas.

Observe-se que Popkewitz, orientado por suas convicções teórico-metodológicas, recusa análises macroestruturais e aproximações apressadas entre as reformas realizadas em diferentes países. As estruturas são entendidas como conjunto de relações e não como qualidades estáveis e inflexíveis. Agrega, em sua análise, como se estivesse construindo um mosaico, categorias como mercado, racionalidade instrumental e reificação, sem a preocupação de precisar o sentido lógico e histórico desses conceitos. Essas características confirmam a preocupação do autor em negar as determinações constitutivas dos processos analisados, limitando-se a considerar, sem realizar uma síntese, as múltiplas questões imbricadas em torno da reforma educacional em seu país.

O posicionamento metodológico de Popkewitz desconsidera as determinações constitutivas do capitalismo que, como se sabe, apesar de suas manifestações parciais e localizadas, configuram forças sociais que tendem a se universalizar. A constituição de um tipo de racionalidade se torna explicativa dos processos sociais não apenas nos Estados Unidos, mas também em outros lugares do mundo, com maior ou menor ênfase, dependendo de inúmeros fatores que determinarão a absorção desse discurso. Mas, mesmo considerando esses limites, não se pode deixar de reconhecer que a análise realizada em Reforma educacional: uma política sociológica constitui uma importante contribuição para a compreensão e o debate sobre a reforma educacional contemporânea.

A análise sobre a constituição do modelo escolar e científico americano levanta uma série de questionamentos em relação à educação brasileira, uma vez que Popkewitz remete-se ao estudo da colonização e da influência religiosa protestante como um fator de

direcionamento das políticas educativas americanas voltadas para a independência, competitividade e autogoverno do self. Essas características contrastam com a realidade brasileira, contudo ratificam a tese do autor, segundo a qual as abordagens pedagógicas envolvem múltiplos fatores da organização social e findam por forjar novas relações de conhecimento e poder.

Com referência ao processo de escolarização e concepção de formação social no Brasil, cabe discutir como, a partir de nossas realidades históricas e culturais, tais noções se sedimentam no desenvolvimento da teoria e prática educativas. Além disso, os desdobramentos de sua análise no sentido da constituição de concepções voltadas para os problemas contemporâneos da subjetividade e escolarização, como conhecimento, poder, currículo, moralidade, disciplina, formação e profissionalização do professor, fazem da obra de Popkewitz uma leitura primordial para pesquisadores, estudiosos e profissionais da educação.

\* Professora da Faculdade de Educação/UFG e Doutora em História e Filosofia da Educação.

\*\* Professora da Faculdade de Educação/UFG e Mestre em Educação Brasileira.